

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	93.911
Preferenciais	25.912
Total	119.823
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2011	Ordinária		0,07317
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,08049
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2011	Dividendo	30/06/2011	Ordinária		0,37825
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2011	Dividendo	30/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,41608
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2011	Dividendo	31/08/2011	Ordinária		1,06197
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2011	Dividendo	31/08/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	1,16816
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2011	Dividendo	30/11/2011	Ordinária		0,98028
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2011	Dividendo	30/11/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	1,07830
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/07/2011	Ordinária		0,30871
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,33958

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.308.784	3.847.842
1.01	Ativo Circulante	897.461	763.696
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.021	145.380
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.021	145.380
1.01.03	Contas a Receber	437.445	380.732
1.01.03.01	Clientes	425.953	370.018
1.01.03.01.01	Contas a receber	499.588	425.838
1.01.03.01.02	Provisão para devedores duvidosos	-73.635	-55.820
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.492	10.714
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	11.492	10.714
1.01.04	Estoques	91.856	82.008
1.01.04.01	Materiais diversos	91.856	82.008
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.433	37.803
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	48.433	37.803
1.01.07	Despesas Antecipadas	480	498
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	147.226	117.275
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	19.200	16.028
1.01.08.01.01	Ativos destinados a Venda	19.200	16.028
1.01.08.03	Outros	128.026	101.247
1.01.08.03.01	Gás/Transporte pago e não utilizado	95.246	78.143
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	21.744	12.990
1.01.08.03.03	Outros	11.036	10.114
1.02	Ativo Não Circulante	3.411.323	3.084.146
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	186.540	46.067
1.02.01.03	Contas a Receber	22.053	21.710
1.02.01.03.01	Clientes	6.563	6.129
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.490	15.581
1.02.01.06	Tributos Diferidos	59.046	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.046	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	105.441	24.357
1.02.01.09.03	ICMS a recuperar	9.498	9.481
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	13.523	13.510
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	80.163	0
1.02.01.09.06	Outros	2.257	1.366
1.02.04	Intangível	3.224.783	3.038.079
1.02.04.01	Intangíveis	3.224.783	3.038.079
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.485.712	2.338.028
1.02.04.01.02	Fidelização do cliente	239.495	216.369
1.02.04.01.03	Software e outros	93.851	101.215
1.02.04.01.04	Intangível em andamento	405.725	382.467

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.308.784	3.847.842
2.01	Passivo Circulante	1.348.097	1.105.886
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.791	5.146
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.585	5.020
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	206	126
2.01.02	Fornecedores	560.380	424.105
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	560.380	424.105
2.01.03	Obrigações Fiscais	179.835	161.860
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	130.685	116.969
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	122.101	105.887
2.01.03.01.02	Outros	8.584	11.082
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	48.755	44.507
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	395	384
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	378.045	347.267
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	342.692	342.462
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	323.185	277.099
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	19.507	65.363
2.01.04.02	Debêntures	35.353	4.805
2.01.05	Outras Obrigações	189.183	131.019
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.407	1.172
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.407	1.172
2.01.05.02	Outros	187.776	129.847
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	120.878	92.299
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes e outros	22.258	1.309
2.01.05.02.05	Remessa ao exterior - Acionistas	9	9
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	42.777	34.585
2.01.05.02.07	Outras	1.854	1.645
2.01.06	Provisões	35.863	36.489
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.863	36.489
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.865	14.216
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	14.998	22.273
2.02	Passivo Não Circulante	1.717.399	1.365.556
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.486.186	1.106.106
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.419.516	1.006.106
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	738.280	818.752
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	681.236	187.354
2.02.01.02	Debêntures	66.670	100.000
2.02.02	Outras Obrigações	27.759	40.263
2.02.02.02	Outros	27.759	40.263
2.02.02.02.03	Adiantamento de clientes e outros	27.759	28.468
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	11.795
2.02.03	Tributos Diferidos	0	23.827
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	23.827
2.02.04	Provisões	203.454	195.360
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	203.454	195.360
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.886	19.770

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.328	11.116
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	144.791	133.916
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	37.449	30.558
2.03	Patrimônio Líquido	1.243.288	1.376.400
2.03.01	Capital Social Realizado	636.985	636.985
2.03.02	Reservas de Capital	1.292	1.292
2.03.02.07	Reserva de incentivos fiscais	1.201	1.201
2.03.02.08	Reserva especial para futura capitalização	91	91
2.03.03	Reservas de Reavaliação	12.166	13.169
2.03.03.01	Ativos próprios	12.166	13.169
2.03.04	Reservas de Lucros	592.845	724.954
2.03.04.01	Reserva Legal	63.009	63.009
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	529.836	661.945

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.097.862	3.034.676	1.084.078	3.045.127
3.01.01	Venda de gás	999.961	2.779.904	1.013.895	2.861.117
3.01.02	Receita de Construção - ICPC 01	87.791	233.498	64.616	169.334
3.01.03	Outras Receitas	10.110	21.274	5.567	14.676
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-814.483	-2.163.474	-642.142	-1.898.412
3.02.01	Gás natural	-632.758	-1.673.562	-483.608	-1.452.282
3.02.02	Transporte e outros serviços de gás	-93.934	-256.414	-93.918	-276.796
3.02.03	Construção - ICPC 01	-87.791	-233.498	-64.616	-169.334
3.03	Resultado Bruto	283.379	871.202	441.936	1.146.715
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-157.508	-448.171	-143.183	-389.745
3.04.01	Despesas com Vendas	-32.192	-87.500	-22.390	-63.946
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-125.535	-360.152	-115.824	-320.837
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	658	1.298	254	261
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-439	-1.817	-5.223	-5.223
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	125.871	423.031	298.753	756.970
3.06	Resultado Financeiro	-66.174	-140.726	-37.032	-100.690
3.06.01	Receitas Financeiras	8.005	19.216	7.154	22.970
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.179	-159.942	-44.186	-123.660
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	59.697	282.305	261.721	656.280
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.300	-81.321	-73.386	-203.622
3.08.01	Corrente	-62.886	-164.195	-42.365	-145.614
3.08.02	Diferido	43.586	82.874	-31.021	-58.008
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.397	200.984	188.335	452.658
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	40.397	200.984	188.335	452.658
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33000	1,64183	1,53851	3,69776
3.99.01.02	PNA	0,36300	1,80604	1,69234	4,06754

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	520.096	752.190
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	636.451	943.402
6.01.01.01	Depreciações e amortizações	177.575	156.143
6.01.01.02	Baixa do permanente - líquidas	682	2.567
6.01.01.03	Juros var.monet.s/emprest.e debêntures	150.075	102.081
6.01.01.04	Provisão para contingências	-2.795	14.962
6.01.01.05	Provisão CVM nº 600p/ben.pós-emprego	10.875	7.647
6.01.01.06	Provisão para devedores duvidosos	17.734	3.722
6.01.01.07	Lucro antes do IR e CSSL	282.305	656.280
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	56.023	-48.785
6.01.02.01	Contas a receber	-74.011	-67.071
6.01.02.03	Impostos a compensar e ICMS a recuperar - Imobilizado	-10.647	142
6.01.02.04	Estoques	-9.849	-8.231
6.01.02.05	Fornecedores	136.274	19.185
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	14.882	6.507
6.01.02.07	Provisão de férias, participação nos lucros e resultados	-626	683
6.01.03	Outros	-172.378	-142.427
6.01.03.01	Créditos diversos, despesas antecipadas e outros	-31.602	-24.416
6.01.03.02	Adiantamento de cliente e outros	20.690	-14.491
6.01.03.03	IRPJ e CSSL pagos	-161.466	-103.520
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-364.961	-269.249
6.02.01	Adições ao permanente	-364.961	-269.249
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-128.494	-473.073
6.03.01	Captação de emprést.financiamentos	1.025.673	438.984
6.03.02	Amortização de principal empr.financ.	-756.661	-524.289
6.03.03	Juros pagos - Emprést. financiamentos	-96.863	-102.532
6.03.04	Juros sobre capital próprio	-40.703	-46.298
6.03.05	Pagamento de dividendos	-259.940	-214.692
6.03.06	Pagamentos de ações preferenciais classe B	0	-24.246
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	26.641	9.868
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	145.380	194.273
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	172.021	204.141

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	636.985	14.461	724.952	0	0	1.376.398
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	636.985	14.461	724.952	0	0	1.376.398
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-296.304	-37.790	0	-334.094
5.04.06	Dividendos	0	0	-296.304	0	0	-296.304
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-37.790	0	-37.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.984	0	200.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.984	0	200.984
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.003	0	1.003	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.515	0	1.515	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	512	0	-512	0	0
5.07	Saldos Finais	636.985	13.458	428.648	164.197	0	1.243.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	636.863	43.007	599.245	0	0	1.279.115
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-3.001	27.539	0	0	24.538
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	636.863	40.006	626.784	0	0	1.303.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	122	-24.368	-286.898	-43.927	0	-355.071
5.04.01	Aumentos de Capital	122	0	0	0	0	122
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-24.368	0	0	0	-24.368
5.04.06	Dividendos	0	0	-286.898	0	0	-286.898
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-43.927	0	-43.927
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	452.658	0	452.658
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	452.658	0	452.658
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-675	0	675	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.196	0	1.196	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	521	0	-521	0	0
5.07	Saldos Finais	636.985	14.963	339.886	409.406	0	1.401.240

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	3.798.578	3.843.872
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.559.748	3.666.941
7.01.02	Outras Receitas	256.564	180.652
7.01.02.01	Receita de construção - ICPC 01	233.498	169.334
7.01.02.02	Outras (despesas) receitas	23.066	11.318
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.734	-3.721
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.767.434	-2.426.324
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.761	-11.941
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-89.407	-77.131
7.02.04	Outros	-2.666.266	-2.337.252
7.02.04.01	Custo do gás e transportes	-2.432.768	-2.167.918
7.02.04.02	Custo de construção - ICPC 01	-233.498	-169.334
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.031.144	1.417.548
7.04	Retenções	-177.158	-155.726
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-177.158	-155.726
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	853.986	1.261.822
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.216	22.970
7.06.02	Receitas Financeiras	19.216	22.970
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	873.202	1.284.792
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	873.202	1.284.792
7.08.01	Pessoal	94.401	82.037
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	393.768	605.645
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	184.049	144.452
7.08.03.02	Aluguéis	184.049	144.452
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	200.984	452.658
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	37.790	43.927
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	163.194	408.731

Comentário do Desempenho

1. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Em relação ao desempenho financeiro da Companhia comparando-se ao resultado apurado no terceiro trimestre de 2011 ao resultado do mesmo período do exercício anterior, destacam-se os seguintes fatos:

A Receita Líquida de Bens e Serviços atingiram o montante de R\$ 1.097.862, sendo R\$ 999.961 para vendas de gás, o que representa 91,08% do total; R\$ 87.791 para receita de construção, equivalente a 8,00% do total e R\$ 10.110 de outras receitas, representando 0,92% do montante total, tendo apresentado um acréscimo de 1,27% no terceiro trimestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010.

As receitas de vendas de gás apresentaram decréscimo de 1,37%, explicado principalmente por:

- Repasses de custos de gás nas tarifas de vendas (alterações nas tarifas conforme portarias ARSESP nº 189, 213 e 234);
- Diminuição no volume de gás distribuído no período (volume de 5,64% inferior ao terceiro trimestre de 2010).

Com exceção aos mercados de GNV, Cogeração e o Termogeração, todos os demais mercados apresentaram um crescimento de volume distribuído na comparação trimestral (2011 vs. 2010), sinalizando que a retomada dos volumes demandados no período pré-crise tende a se consolidar.

O custo total de bens e serviços vendidos, que atualmente é composto pelo custo da matéria-prima (commodity), transporte e da construção (ICPC 01), totalizou R\$ 814.483 no terceiro trimestre de 2011, representando um acréscimo de 26,84%. Excluindo-se o Custo da Construção (no valor de R\$ 87.791 resultante da adoção do ICPC 01 – Contratos de Concessão) o mesmo totalizou a quantia de R\$ 726.692 no terceiro trimestre de 2011 (aumento de 25,83% em comparação ao mesmo período de 2010). Este aumento é explicado principalmente pelo aumento no custo efetivo do gás, decorrentes de dois contratos de fornecimento de gás precificados em dólar.

Assim sendo, no terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2011, chegamos a um Resultado Bruto de R\$ 283.379, contra R\$ 441.936 no mesmo trimestre de 2010, representando um decréscimo de 35,88%.

As despesas operacionais apresentaram acréscimo de 10,00% no terceiro trimestre de 2011 comparado a 2010. Tais variações podem ser explicadas por:

- Despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$ 60.860 em 2011, contra R\$ 52.392 em 2010 (aumento de 16,16% em 2011 vs. 2010) acompanhando o aumento de investimentos.
- Despesas com materiais e serviços totalizaram R\$ 57.699 em 2011, contra R\$ 49.870 em 2010, representando um aumento de 15,70% em comparação ao mesmo período de 2010. Gastos nos serviços de manutenção e incremento na provisão de impairment de contas a receber na companhia, são as causas principais dessas variações.
- Despesas com pessoal totalizaram R\$ 39.168 em 2011, contra R\$ 35.952 em 2010 (aumento de 8,95% em 2011 vs. 2010), fato este decorrente de reajuste salarial.

O LAJIDA (Lucros antes dos juros, impostos, despesas financeiras, depreciações e amortizações) foi de R\$ 186.731 em 2011 (46,82% inferior ao ano de 2010, que foi de R\$ 351.145). Estas variações são explicadas principalmente pelo aumento do custo do gás.

Comentário do Desempenho

As receitas e despesas financeiras líquidas atingiram o montante de R\$ 66.174 em 2011, contra R\$ 37.032 em 2010 (acréscimo de 78,69% em 2011 vs. 2010). Tais variações podem ser explicadas principalmente pelas variações a valor de mercado tanto da dívida quanto dos derivativos que sofreram alteração na curva futura e do aumento do endividamento.

O Lucro líquido da Companhia foi de R\$ 40.397 no terceiro trimestre de 2011, contra R\$ 188.335 no mesmo período de 2010, apresentando um decréscimo de 78,55%, variação em decorrência dos efeitos descritos acima.

Ao longo do terceiro trimestre deste ano a COMGÁS devolveu nas tarifas aos usuários o montante de R\$ 122.469 enquanto no mesmo período de 2010 a Companhia recebeu dos clientes o valor de R\$ 102.146. Ao final de setembro de 2011, o saldo a devolver aos clientes é de R\$ 4.839, relativo ao ativo (passivo) regulatório que não é reportado nessas demonstrações financeiras, divulgado na Nota 6.

2. ENDIVIDAMENTO

A Companhia continua baseando a estratégia de financiamento de seus investimentos no longo prazo, principalmente através dos financiamentos com o BNDES e, recentemente, com o Banco Europeu de Investimentos (EIB). No terceiro trimestre de 2011 o endividamento líquido da Companhia foi de R\$ 1.654.824 contra R\$ 1.360.213 no mesmo período de 2010 (acréscimo de 21,66%).

3. INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 141.570 no terceiro trimestre de 2011, 41,68% superior ao valor apresentado no mesmo período do ano anterior, alinhado a estratégia de expansão em regiões ainda não atendidas pela Companhia.

4. VENDAS E MARKETING

A Comgás tem mais de 1 milhão de clientes conectados à sua rede de distribuição, sendo atendidos por 819.907 medidores em 30 de setembro de 2011. O número de clientes supera o de medidores, pois um único aparelho pode atender a um conjunto de apartamentos residenciais.

A expansão para o mercado residencial é um dos focos estratégicos da Comgás apresentando um crescimento consistente, tanto em termos de ligações quanto em termos de volume de gás vendido. A Comgás conectou mais de 100 mil clientes em um ano e trabalha para manter o mesmo ritmo de crescimento das conexões, ampliando o número de clientes residenciais nas cidades de São Paulo, São Bernardo do Campo, Osasco, Guarulhos, Campinas, Santos, Americana, Mogi das Cruzes entre outras.

Comentário do Desempenho

Dessa maneira a Companhia apresenta a seguinte distribuição por segmento em medidores e volumes:

Segmentos	Setembro de 2011		Setembro de 2010		2011 vs 2010
	N.º de Medidores	% Total	N.º de Medidores	% Total	Variação
Residencial *	808.314	98,59%	735.967	98,54%	9,83%
Comercial	10.206	1,24%	9.568	1,28%	6,67%
Industrial	1.002	0,12%	974	0,13%	2,87%
Termogeração	2	0,00%	2	0,00%	0,00%
Cogeração	23	0,00%	20	0,00%	15,00%
Automotivo	360	0,05%	373	0,05%	-3,49%
Total	819.907	100,00%	746.904	100,00%	9,77%
Números de UDA's*	1.063.364		945.327		

* Um único medidor poderá atender vários clientes

Segmentos	Janeiro a setembro de 2011		Janeiro a setembro de 2010		2011 vs 2010
	Volume m ³ (não auditado)	% Total	Volume m ³ (não auditado)	% Total	Variação
Residencial	134.629	3,69%	119.893	3,31%	12,29%
Comercial	80.279	2,20%	74.490	2,06%	7,77%
Industrial	2.918.080	79,91%	2.780.285	76,75%	4,96%
Termogeração	45.405	1,24%	168.723	4,66%	-73,09%
Cogeração	258.201	7,07%	238.711	6,59%	8,16%
Automotivo	215.079	5,89%	240.622	6,64%	-10,62%
Total	3.651.673	100,00%	3.622.724	100,00%	0,80%

O mercado comercial avançou 7,77% em volume quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo do crescimento de 6,67% na carteira de consumidores. O segmento comercial acompanha o crescimento da rede residencial e adota uma série de estratégias de marketing diferenciadas para reforçar o potencial da Companhia para atender diferentes perfis de empreendimentos.

Os resultados da Comgás no segmento industrial, responsável por 79,91% do volume distribuído, avançaram em comparação ao mesmo período do ano anterior. O relacionamento de forte parceria com os clientes é fundamental para a renovação dos contratos, fortalecendo as relações comerciais com melhores condições para desenvolvimentos e estudos voltados a competitividade dos segmentos.

O volume de gás distribuído para o mercado de cogeração teve crescimento de 8,16% em comparação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o mercado de termogeração

Comentário do Desempenho

apresentou decréscimo de 73,09% na comparação entre os períodos. O volume de gás natural veicular distribuído foi de 10,62% menor que o registrado no ano anterior.

No total, o volume de gás vendido pela Comgás avançou 0,80% - de 3,62 bilhões de m³ para 3,65 bilhões de m³- em decorrência do crescimento do segmento industrial.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). A COMGÁS é controlada diretamente pela Integral Investments B.V. que é controlada pela BG São Paulo Investments B.V. (com participação de 83,5%) e pela Shell Gas B.V. (com participação de 16,5%) que tem como controladores finais a BG Group plc. e a Royal Dutch Shell plc., respectivamente.

Em 31 de maio de 1999, o Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado entre os novos controladores e o poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado uma única vez por 20 anos mediante requerimento da Concessionária.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da COMGÁS, as regras para os procedimentos de revisão tarifária e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devem ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As informações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 14 de outubro de 2011, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação nestas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação

As informações financeiras trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela CVM e nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

Notas Explicativas

A preparação das informações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A Companhia não possui investimentos em controladas/coligadas e/ou outras transações que gerem efeitos a serem contemplados na demonstração do resultado abrangente.

2.2 Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do trimestre, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado", (b) empréstimos e recebíveis, (c) mantidos até o vencimento e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do trimestre, na rubrica "Despesas financeiras". A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Notas Explicativas

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

(c) Ativos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimento definido e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

São avaliados pelo custo amortizado a taxa de juros efetiva, sendo os juros reconhecidos contra o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a COMGÁS tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.6 Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

Notas Explicativas

2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do período.

Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco *hedgeado*. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Caso haja ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva esta variação será reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

2.8 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9 Estoques

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.10 Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, onde o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

Notas Explicativas

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão na regulação da ARSESP que suporte auferir ganho nesta atividade.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 17.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 17.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 17.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas Explicativas

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A COMGÁS oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na COMGÁS em 31 de maio de 2000 têm direito a este benefício, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na COMGÁS.
- Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um plano gerador de benefícios livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos benefícios pós-emprego é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem. Em conformidade com o método "corredor", ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a COMGÁS assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelo prazo de vida útil do ativo. Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são debitados à demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações financeiras ao final do trimestre, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 10. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção". Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

Tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor

Pronunciamentos, orientações e ou interpretações de CPCs não aprovados e que ainda não estão em vigor

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>
CPC 42 - "Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária"	Aguarda avaliação do IASB, contudo mesmo quando aprovado não gerará impacto para a COMGÁS pois na adoção do CPC 37 (IFRS 01) - Primeira Adoção, já aplicamos o mesmo e realizamos o ajuste necessário.

Notas Explicativas

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) *Impairment* do contas a receber

A provisão para devedores duvidosos é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a provisão é registrada.

(b) Provisões

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Apesar da possibilidade de resultados fora dos limites esperados nos últimos anos, a experiência da Companhia foi de que as estimativas utilizadas na determinação do nível adequado de disposições foram materialmente adequadas na antecipação de resultados reais.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeito ao imposto de renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(e) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de

Notas Explicativas

vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.22 - "Reconhecimento da receita" - letra b - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

5 Gestão de risco financeiro

(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia

Política para gerenciamento de riscos e utilização de derivativos

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo que as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia, sendo que a estimativa dos fluxos de caixas futuros possui caráter previsível e sua mensuração é confiável.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* cambiais para reduzir os riscos de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação. Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nominal, para valores acima de US\$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponíveis, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

Notas Explicativas

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que envolvem o patrimônio líquido e montante de endividamento. Este índice (*covenant*), assim como outros, é utilizado por instituições financeiras em contratos de empréstimos. Ao final do terceiro trimestre e em 31 de dezembro de 2010, o resultado destes *covenants* estava dentro dos parâmetros estabelecidos nos acordos contratuais.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2011 é de 133,10% e de 98,40% em 31 de dezembro de 2010.

(c) Riscos associados

(i) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função das suas posições ativas e passivas. Este risco pode ser coberto por meio da utilização de *swaps*, onde a Companhia pode trocar posições prefixadas para pós-fixadas em reais (percentual do CDI ou outra taxa flutuante em reais).

(ii) Risco cambial

As operações financeiras contratadas para financiamento de investimentos e capital de giro podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente desta possibilidade é a perda e restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando possivelmente os saldos de passivo denominados nestas moedas. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *hedge*, que permite à Companhia trocar os riscos de variação destas moedas através de *forwards* ou *swaps*.

(iii) Risco de crédito

Não existe concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas. Este risco é representado por contas a receber de consumidores da COMGÁS em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia dispunha dos seguintes principais instrumentos financeiros:

- . Caixa e equivalentes de caixa - conforme Nota 9.
- . Contas a receber - clientes - conforme Nota 10.
- . Empréstimos e financiamentos - conforme Nota 18.
- . Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 19.

A Companhia atua no mercado de crédito bancário, captando recursos em moeda nacional e estrangeira para financiar seus investimentos e capital de giro, ficando exposta a riscos decorrentes das variações das taxas de câmbio e juros das moedas estrangeiras.

A Política de Tesouraria proíbe a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, sendo permitidos somente para proteção de riscos previamente identificados (operações de proteção - *hedge* - sendo somente *swaps* e *forwards* os instrumentos autorizados).

Para se proteger da exposição cambial e das taxas de juros dos contratos de financiamento em moeda estrangeira, a Política de Tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total (valor nominal).

Notas Explicativas

Quando não houver *swap* cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia utilizará instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas informações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

30 de setembro 2011					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	474.969	869.601	592.379	340.692	2.277.641
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>584.501</u>				<u>584.501</u>
	<u>1.059.470</u>	<u>869.601</u>	<u>592.379</u>	<u>340.692</u>	<u>2.862.142</u>
31 de dezembro 2010					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	457.987	798.436	642.769	219.285	2.118.477
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>427.068</u>				<u>427.068</u>
	<u>885.055</u>	<u>798.436</u>	<u>642.769</u>	<u>219.285</u>	<u>2.545.545</u>
30 de setembro de 2011					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	65.473	262.547	309.673	322.610	960.303
Entradas (COMGÁS)	<u>18.422</u>	<u>199.798</u>	<u>250.840</u>	<u>340.692</u>	<u>809.752</u>

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2010				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	100.815	51.958	138.840	194.898	486.511
Entradas (COMGÁS)	<u>67.166</u>	<u>16.054</u>	<u>118.855</u>	<u>168.046</u>	<u>370.121</u>

(d) **Swaps dos financiamentos em moeda estrangeira**

Conforme especificado no item "Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 19", os *swaps* contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento. Os *swaps* serão realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A COMGÁS os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de financiamentos de curto e de longo prazo.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao "mercado ativo - preço cotado", e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

Seguem os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

Descrição	Contraparte	Moeda original	Percentual		Vencimento final
			Ativo	Passivo	
BNDES - Cesta I	Banco Votorantim	Cesta de moedas	17,15 a.a. + VC	122 CDI	Outubro de 2011
BNDES - Cesta II	Banco Votorantim	Cesta de moedas	17,26 a.a. + VC	96,5 CDI	Outubro de 2011
IFC repasse Itaú BBA	Banco Itaú BBA	USD	9,88 a.a. + VC	110 CDI	Dezembro de 2011
EIB II - 1. liberação	Bancos diversos	USD	3,881 a.a. + VC	94,34 CDI	Junho de 2020
EIB II - 2. liberação	Bancos diversos	USD	2,936 a.a. + VC	95,20 CDI	Setembro de 2020
EIB II - 3. liberação	Bancos diversos	USD	Libor 6M + VC	88,47 CDI	Maior de 2021
EIB II - 4. liberação	Bancos diversos	USD	Libor 6M + VC	81,11 CDI	Setembro de 2021
HSBC - Res 4131	HSBC	USD	4,06 a.a. + VC	104,40 CDI	Maior de 2013
ITAU - Res 4131	ITAU	USD	3,35 a.a. + VC	109,50 CDI	Agosto de 2013
CHARTERED - Res 4131	STD CHARTERED	USD	2,7412 a.a. + VC	104,90 CDI	Setembro de 2013

Não existem diferenças relevantes entre o valor de mercado e o valor justo desses instrumentos.

(e) **Análise de sensibilidade**

A COMGÁS, conforme determinado na Instrução da CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos aqui estimados, devido a subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises.

Essas variações podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da COMGÁS conforme a seguir:

- Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 30 de setembro de 2011.
- Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

- .. Cenário I (provável) - manutenção nos níveis de juros e câmbio conforme níveis observados em 30 de setembro de 2011.
- .. Cenário II 25% - deterioração em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 30 de setembro de 2011.
- .. Cenário III 50% - deterioração em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 30 de setembro de 2011.

<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
Conta-corrente regulatória (*)	Variação da SELIC	330	420	507
Dívida em moeda estrangeira				
Dívida	Variação do USD		(175.186)	(350.371)
Derivativo (ponta ativa)	Variação do USD		175.170	350.340
Efeito líquido			(16)	(31)
Derivativo (ponta passiva)	Variação do CDI	(53.697)	(66.957)	(80.159)
Dívida em moeda nacional				
Dívida CDI	Variação do CDI	(12.860)	(15.693)	(18.590)
Dívida TJLP	Variação da TJLP	(80.631)	(93.486)	(106.179)
SELIC		12,00	15,22	18,53
USD		1,854	2,317	2,780
CDI		11,88	15,06	18,34
TJLP		6,00	7,50	9,00

(*) Efeitos da conta-corrente regulatória descritos na Nota 6.

(f) Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo (por exemplo, derivados de taxa de juros) é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

A partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia adotou as alterações ao CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2011:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		700.680		700.680
Total do ativo		<u>700.680</u>		<u>700.680</u>
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(663.294)		(663.294)
Total do passivo		<u>(663.294)</u>		<u>(663.294)</u>

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		252.726		252.726
Total do ativo		<u>252.726</u>		<u>252.726</u>
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(299.106)		(299.106)
Total do passivo		<u>(299.106)</u>		<u>(299.106)</u>

6 Ativo (passivo) regulatório

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Custo de gás a recuperar/(repassar)	4.454	(220.778)
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(9.871)	(9.402)
Ajuste a valor presente sobre tributos	578	521
	<u>(4.839)</u>	<u>(229.659)</u>

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Julho a setembro</u>	<u>Janeiro a setembro</u>	<u>julho a setembro</u>	<u>Janeiro a setembro</u>
Ativo (passivo) saldo inicial	(127.308)	(229.659)	(55.301)	29.349
Ativo (passivo) saldo final	<u>(4.839)</u>	<u>(4.839)</u>	<u>(157.447)</u>	<u>(157.447)</u>
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	<u>122.469</u>	<u>224.820</u>	<u>(102.146)</u>	<u>(186.796)</u>
Ativo (passivo) regulatório	127.513	243.852	(97.035)	(177.313)
Atualização	(2.970)	(11.655)	(1.998)	(649)
Outros	(2.074)	(7.377)	(3.113)	(8.834)

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Notas Explicativas

Periodicamente, encargos ou créditos são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das informações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é considerado como um ativo ou um passivo, tal como a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas informações financeiras aqui apresentadas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
30 de setembro de 2011					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Depósitos judiciais	13.523				13.523
Instrumentos financeiros derivativos			80.163		80.163
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	521.641				521.641
Caixa e equivalentes de caixa	172.021				172.021
	<u>707.185</u>		<u>80.163</u>		<u>787.348</u>
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
30 de setembro de 2011					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos		1.762.208			1.762.208
Instrumentos financeiros derivativos			42.777		42.777
Debêntures				102.023	102.023
		<u>1.762.208</u>	<u>42.777</u>	<u>102.023</u>	<u>1.907.008</u>
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2010					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Depósitos judiciais	13.510				13.510
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	447.548				447.548
Caixa e equivalentes de caixa	145.380				145.380
	<u>606.438</u>				<u>606.438</u>
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos	1.348.568				1.348.568
Instrumentos financeiros derivativos			46.380		46.380
Debêntures				104.805	104.805
	<u>1.348.568</u>		<u>46.380</u>	<u>104.805</u>	<u>1.499.753</u>

Notas Explicativas

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

(a) A COMGÁS possui uma carteira de 1.075 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	19.664	84.261
AA	152.357	51.116
A		10.003
	<u>172.021</u>	<u>145.380</u>

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em CDBs (certificados de depósitos bancários), aplicações em títulos privados e LCA (letra de crédito do agronegócio), sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Recursos em banco e em caixa	16.727	5.459
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)		35.187
Aplicações em títulos privados	<u>155.294</u>	<u>104.734</u>
	<u>172.021</u>	<u>145.380</u>

10 Contas a receber - clientes

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas de gás a receber	219.499	195.575
Contas de gás parceladas	11.857	11.691
Devedores por venda de equipamentos	28.130	21.044
Ajuste a valor presente	(2.135)	(1.625)
Receita não faturada	242.237	199.153
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>(73.635)</u>	<u>(55.820)</u>
	<u>425.953</u>	<u>370.018</u>

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

Notas Explicativas

A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

(b) As perdas registradas no semestre findo em 30 de setembro de 2011 estão abaixo demonstradas:

	30 de setembro de 2011
1º de janeiro	55.820
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	17.734
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis	<u>81</u>
30 de setembro	<u><u>73.635</u></u>

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas informações semestrais.

(c) Sumário do contas a receber de clientes por vencimento:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Valores a vencer	90.919	81.765
Vencidos		
Até 30 dias	15.780	7.842
Acima de 30 dias	<u>112.800</u>	<u>105.968</u>
	<u><u>219.499</u></u>	<u><u>195.575</u></u>

11 Outras contas a receber

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
<i>Take or pay</i> - clientes	4.746	3.777
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170
Recobráveis Petrobras	9	1.541
Outras	<u>5.567</u>	<u>4.226</u>
	<u><u>11.492</u></u>	<u><u>10.714</u></u>

O valor de *Take or pay* - clientes referem-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas informações financeiras.

Notas Explicativas

12 Estoques

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Estoque de materiais para construção	56.572	52.875
Produto acabado	1.389	1.163
Materiais diversos	<u>33.895</u>	<u>27.970</u>
	<u><u>91.856</u></u>	<u><u>82.008</u></u>

O saldo da conta "Gás/transporte pago e não utilizado (*take/ship or pay*) - Petrobras" no montante de R\$ 78.143 em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificado para a rubrica "Outros - grupo ativo circulante" a título de adiantamento, cujo saldo totaliza a R\$ 95.246 em 30 de setembro de 2011.

13 Impostos indiretos a compensar

A composição dos impostos a compensar é a seguinte:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
ICMS a recuperar	40.158	29.595
ICMS sobre ativos	8.579	8.543
Ajuste a valor presente	(502)	(473)
Outros	<u>198</u>	<u>138</u>
	<u><u>48.433</u></u>	<u><u>37.803</u></u>

14 Ativos destinados à venda

Em 24 de setembro de 2010, a administração iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na região da Mooca, classificado no ativo circulante pelo valor de custo corrigido pela depreciação do período em que o referido imóvel foi utilizado pela administração, até setembro de 2008.

Em Maio de 2011, foi recebido a título de sinal e princípio de pagamento o montante de R\$ 21.053, pela venda do terreno e edificações registrado na rubrica "Outros - grupo passivo circulante" a título de adiantamento de clientes e outros.

15 ICMS a recuperar - não circulante

Corresponde a parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R\$ 9.498 (R\$ 9.481 em 31 de dezembro de 2010), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

Notas Explicativas

16 Contas a receber - não circulante

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Cauções	10.129	7.747
Recobráveis por interferências na rede	5.361	7.834
Devedores por venda de equipamentos	7.066	6.573
Ajuste a valor presente	(503)	(444)
	<u>22.053</u>	<u>21.710</u>

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

17 Intangível

	31 de dezembro de 2010	Movimentações			30 de setembro de 2011
		Adições	Transferências	Baixa	
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	3.331.990	-	244.277	(3.645)	3.572.622
Amortização acumulada (ii)	(993.962)	(97.350)	1.516	2.963	(1.086.833)
	<u>2.338.028</u>	<u>(97.350)</u>	<u>245.793</u>	<u>(682)</u>	<u>2.485.789</u>
Fidelização do cliente	450.730	-	81.534	-	532.264
Amortização acumulada (i)	(234.361)	(56.969)	(1.516)	-	(292.846)
	<u>216.369</u>	<u>(56.969)</u>	<u>80.018</u>	<u>-</u>	<u>239.418</u>
Software e outros	189.695	-	15.892	-	205.587
Amortização acumulada (i)	(88.480)	(23.256)	-	-	(111.736)
	<u>101.215</u>	<u>(23.256)</u>	<u>15.892</u>	<u>-</u>	<u>93.851</u>
Total do intangível em serviços	<u>2.655.612</u>	<u>(177.575)</u>	<u>341.703</u>	<u>(682)</u>	<u>2.819.058</u>
Intangível em andamento	<u>382.467</u>	<u>364.961</u>	<u>(341.703)</u>	<u>-</u>	<u>405.725</u>
Total do intangível	<u>3.038.079</u>	<u>187.386</u>	<u>-</u>	<u>(682)</u>	<u>3.224.783</u>

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.

(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir:

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.11 (item a), sendo que esses ativos em 30 de setembro de 2011 e 31 dezembro de 2010 são compostos como segue:

Notas Explicativas

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a. - %	31 de dezembro de 2010	Movimentação			30 de setembro de 2011
			Adições/transferências	Amortização	Baixa	
Intangível	20					
Terrenos		19.125	3.970	-	-	23.095
Tubulações	3,4	1.883.805	200.068	(68.175)	(4)	2.015.694
Edificações e benfeitorias	2,7	54.013	2.711	(2.962)	(70)	53.692
Máquinas e equipamentos	5,4	354.146	35.997	(20.175)	(570)	369.398
Equipamentos de transporte	20	9.831	887	(2.693)	(36)	7.989
Equipamentos e móveis administrativos	10	17.108	2.160	(3.345)	(2)	15.921
		<u>2.338.028</u>	<u>245.793</u>	<u>(97.350)</u>	<u>(682)</u>	<u>2.485.789</u>

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 97.350 e foi devidamente apropriada ao resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

O imposto de renda e a contribuição social imputados ao saldo da reavaliação, cuja depreciação não é dedutível para fins de apuração do lucro tributável, totalizam R\$ 6.255 em 30 de setembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 6.768). O valor líquido referente a realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 6.846 (30 de setembro de 2010 - R\$ 6.466) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

Notas Explicativas**18 Empréstimos e financiamentos**

	Encargos - %	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto II)	TJLP + 4,0 a.a.	1.909		19.097	
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.	38.507	19.139	38.645	47.849
BNDES (Projeto IV) - direto	TJLP + 3,2 a.a.	38.242	85.029	38.383	113.372
BNDES (Projeto IV) - direto c/ fiança	TJLP + 2,8 a.a.	92.277	205.164	92.554	273.552
BNDES (Projeto III) - Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.	15.765	7.833	15.825	19.582
BNDES (Projeto III) - Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a. TJLP + 2,8	15.765	7.833	15.825	19.582
BNDES (Projeto V)	a.a.	87.418	408.316	27.302	321.502
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a.	32.037	2.331	29.468	23.313
LEASING	TX Pré + CDI	1.265	2.635		
		<u>323.185</u>	<u>738.280</u>	<u>277.099</u>	<u>818.752</u>
Em moeda estrangeira (*)					
BNDES (Cesta de Moedas)	7,87 a.a.	516		4.667	
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC) - USD	8,11 a.a.	2.775		4.928	
EIB II - primeira liberação - USD	3,88 a.a.	6.086	169.334	5.557	129.814
EIB II - segunda liberação - USD	2,94 a.a.	2.171	68.791	1.883	57.540
EIB II - terceira liberação - USD	LIBOR 6M	1.799	137.718		
EIB II - quarta liberação - USD	LIBOR 6M	1.826	128.872		
HSBC - USD	4,06 a.a.		36.166	48.328	
ITAU - USD	3,35 a.a.	2.002	57.794		
CHARTERED - USD	2,74 a.a.	2.332	82.561		
		<u>19.507</u>	<u>681.236</u>	<u>65.363</u>	<u>187.354</u>
		<u>342.692</u>	<u>1.419.516</u>	<u>342.462</u>	<u>1.006.106</u>

(*) Conforme divulgado na Nota 5, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2011
2012	216.154
2013	375.128
2014	183.393
2015	140.482
2016 em diante	<u>504.359</u>
	<u>1.419.516</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, se aproximam aos seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

Durante o trimestre não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Encargos - % a.a.</u>
BNDES (Projeto II) - Cesta de Moedas (<i>swap</i> Votorantim)	Variação cambial + 7,79 sobre porção em cesta de moedas
Banco Itaú/BBA (Repasse IFC)	Variação cambial + 8,11
Bank EIB (II) 1. liberação	Variação cambial + 3,88
Bank EIB (II) 2. liberação	Variação cambial + 2,94
Bank EIB (II) 3. liberação	Variação cambial + LIBOR 6M
Bank EIB (II) 4. liberação	Variação cambial + LIBOR 6M
HSBC - Res 4131	Variação cambial + 4,06
ITAU - Res 4131	Variação cambial + 3,35
CHARTERED - Res 4131	Variação cambial + 2,74

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- . Projeto II - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú.
- . Projeto III - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Bradesco.
- . Projeto IV - operação direta com o BNDES: Recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; Operação direta com o BNDES: Fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- . Projeto V - operação direta com o BNDES: Fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento garantido com desembolsos/saque de 2011 de R\$50.000.

Durante o exercício findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia desembolsou a totalidade do segundo contrato de empréstimo de € 100.000 mil assinado com o EIB. Este contrato foi desembolsado/sacado em duas tranches sendo a primeira de R\$ 115.496 em 25 de maio de 2011 e a segunda de R\$ 120.075 em 15 de setembro de 2011. Este contrato é amparado por garantias bancárias prestadas pelos bancos Santander e Banco Itaú Chilecom 50% para cada instituição.

O financiamento obtido junto ao Banco Itaú/BBA (Repasse IFC) tem amortizações de principal e pagamento de juros semestrais.

O prazo de vencimento de cada contrato é de dez anos a partir da data de desembolso para o financiamento destinado à expansão, modernização e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos dos anos de 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012 para dar suporte à operação da Companhia.

Notas Explicativas**18.1 Obrigações por arrendamentos financeiros**

	Pagamentos mensais com vencimento final em	30/09/2011	31/12/2010
Em moeda nacional			
Licenças de software	2014	<u>3.900</u> 3.900	
Circulante		<u>1.265</u>	
Não circulante		<u>2.635</u>	
Total		<u><u>3.900</u></u>	

Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

Ano	30/09/2011	31/12/2010
Não superior a um ano	1.380	
Entre 1 e 5 anos	3.462	
Superior a 5 anos		
Efeito de desconto	<u>(942)</u>	
Total	<u><u>3.900</u></u>	

Notas Explicativas

19 Instrumentos financeiros derivativos

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos:

Em moeda estrangeira	Encargos - %	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES (cesta de moedas)	113 do CDI	(679)		(6.900)	
Banco Itaú/BBA - (repasse IFC)	110,0 do CDI	(4.550)		(8.836)	
EIB II - primeira liberação	94,34 do CDI	(8.016)	6.773	(10.936)	(7.505)
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	(4.296)	6.694	(5.396)	(4.220)
EIB II - terceira liberação	88,47 do CDI	(8.069)	14.039		
EIB II - quarta liberação	81,11 do CDI	(7.867)	20.090		
HSBC	104,40 do CDI		4.940	(2.486)	
ITAU	109,50 do CDI	(3.658)	11.420		
CHARTERED	104,90 do CDI	(5.568)	16.207		
NDF		(74)		(31)	(70)
		<u>(42.777)</u>	<u>80.163</u>	<u>(34.585)</u>	<u>(11.795)</u>

	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva
BNDES (cesta de moedas)	454	(1.133)	4.179	(11.080)
Banco Itaú/BBA - (repasse IFC)	2.775	(7.325)	4.928	(13.764)
EIB II - primeira liberação	175.420	(176.663)	135.121	(153.561)
EIB II - segunda liberação	70.962	(68.563)	60.386	(70.002)
EIB II - terceira liberação	139.517	(133.547)		
EIB II - quarta liberação	130.698	(118.474)		
HSBC	36.166	(31.227)	48.112	(50.598)
ITAU	59.796	(52.034)		
CHARTERED	84.892	(74.254)		
NDF		(74)		(101)
	<u>700.680</u>	<u>(663.294)</u>	<u>252.726</u>	<u>(299.106)</u>

Como mencionado na gestão de riscos financeiros (Nota 5), a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Devido à alta volatilidade da variação da taxa de câmbio entre reais e dólares dos EUA a Companhia não adota a contabilidade de cobertura dos seus instrumentos de derivativos (*swaps*). Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 30 de setembro de 2011, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos.

Notas Explicativas

Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 46.380 no grupo do passivo circulante, foram reclassificados entre valores circulantes e não circulantes no montante de R\$ 34.585 e R\$ 11.795 respectivamente.

20 Debêntures

	<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>Remuneração - %</u>
Circulante	Segunda	Única	1	35.353	4.805	CDI + 1,5 a.a.
Não circulante	Segunda	Única	1	66.670	100.000	CDI + 1,5 a.a.
				<u>102.023</u>	<u>104.805</u>	

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000.

As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2011 foi efetuado o terceiro pagamento de juros no valor de R\$ 12.909, sendo que o próximo pagamento de juros está previsto para agosto de 2012.

O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

21 Fornecedores

A composição do saldo registrado na rubrica "Fornecedores" é a seguinte:

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Fornecedores de gás/transporte	485.260	349.870
Fornecedores de mats./serviços	<u>75.120</u>	<u>74.235</u>
	<u>560.380</u>	<u>424.105</u>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro de 2013, com quantidade diária contratada de 4,27 milhões de m³/dia, a qual aumentará periodicamente até atingir o volume de 5,22 milhões de m³/dia em agosto de 2012.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,75 milhões de m³/dia, a qual será reduzida periodicamente até atingir o volume de 8,10 milhões de m³/dia em agosto de 2012.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme flexível, com quantidade contratada de 1,0 MMm³/dia de gás natural na qual a Petrobras fornecerá o gás natural ou ressarcirá o custo adicional referente ao consumo de combustível alternativo pelo cliente nesta modalidade. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até dezembro de 2012.
- Dois Contratos de gás do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 3,06 MMm³/dia, sendo 2,76 MMm³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência em 31 de dezembro de 2013 e 0,3 MM m³/dia com a Corn Products com vigência em 31 de março de 2023.

Notas Explicativas

- Contrato de curto prazo com a Petrobras realizado através de leilão eletrônico em Julho de 2011, no qual a COMGÁS contratou uma quantidade de 2,9 MMm³/dia para o período de agosto a novembro de 2011, com nível de TOP 60%.
- Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras para o período de agosto a novembro de 2011, no qual a COMGÁS poderá adquirir gás através de plataforma eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela COMGÁS e aceitos pela Petrobras.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, com quantidade contratada de 18 MMm³/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2012.

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da COMGÁS (take or pay para commodity e ship or pay para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na rubrica "Outros" na linha "Gás/transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

22 Partes relacionadas

(a) Companhias controladoras

O saldo a pagar referente a Companhias Controladoras em 30 de setembro de 2011 é o seguinte:

	31 de dezembro de 2010	Movimentação		30 de setembro de 2011
		Despesas/ atualizações	Pagamentos	
Grupo BG				
OSA/CSA	163	287		450
Grupo Shell				
CSA	1.009	3.704	(3.756)	957
	<u>1.172</u>	<u>3.991</u>	<u>(3.756)</u>	<u>1.407</u>

Os contratos estão assim divididos:

(i) Grupo BG

- Operational Services Agreement (OSA)* - a BG fornece pessoal operacional e serviços operacionais com a finalidade de manter, operar, desenvolver, e caso apropriado, expandir as operações da Companhia de forma segura e eficiente e dentro do quadro regulatório.
- Commercial Services Agreement (CSA)* - a BG deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(ii) Grupo Shell

- Commercial Services Agreement (CSA)* - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

Notas Explicativas

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	2011		2010	
	Julho a setembro	Janeiro a setembro	Julho a setembro	Janeiro a setembro
Salários e demais benefícios de curto prazo	2.370	8.179	2.035	7.276
	<u>2.370</u>	<u>8.179</u>	<u>2.035</u>	<u>7.276</u>

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2011	2010
Lucro antes de IR/CS	282.305	656.280
Alíquota - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social nominais	(95.984)	(223.135)
Débitos/créditos permanentes		
Juros sobre capital próprio	12.849	14.935
Outros	1.814	4.578
	<u>(81.321)</u>	<u>(203.622)</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2011, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/ (passivo) regulatório	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 31 de dezembro de 2010	45.531	38.123	18.536	(78.084)	(22.230)	1.876
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	<u>3.698</u>	<u>(7.124)</u>	<u>22.599</u>	<u>76.439</u>	<u>1.450</u>	<u>97.062</u>
Em 30 de setembro de 2011	<u>49.229</u>	<u>30.999</u>	<u>41.135</u>	<u>(1.645)</u>	<u>(20.780)</u>	<u>98.938</u>

Notas Explicativas

	<u>Ganhos de valor justo</u>	<u>Reavaliação de imóveis</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Passivo de imposto diferido				
Em 31 de dezembro de 2010	18.961	6.742		25.703
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>10.630</u>	<u>(512)</u>	<u>4.071</u>	<u>14.189</u>
Em 30 de setembro de 2011	<u>29.591</u>	<u>6.230</u>	<u>4.071</u>	<u>39.892</u>
Líquido				<u>59.046</u>

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três anos.

24 Provisão para contingências

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>Atualizações/ ingressos</u>	<u>Baixas</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>
Trabalhistas	11.116	2.128	(4.916)	8.328
Cíveis	30.558	7.213	(322)	37.449
Fiscais	<u>19.770</u>	<u>1.215</u>	<u>(8.099)</u>	<u>12.886</u>
	<u>61.444</u>	<u>10.556</u>	<u>(13.337)</u>	<u>58.663</u>

(a) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 30 de setembro de 2011, o saldo remanescente de processos classificados como possíveis é de R\$ 861 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.317).

(b) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 42.310 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 63.650), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$ 61.907 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 63.770), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 671.672. Em 30 de setembro de 2011, o capital social integralizado é de R\$ 636.985 (R\$ 636.985 em 31 de dezembro de 2010), representado por 93.910.898 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal e sua composição é a que segue:

Notas Explicativas

	Quantidades de ações - milhares					
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Integral Investments BV	82.521	87,87	3.649	14,08	86.170	71,91
MCAP POLAND Fundo						
Inv. em ações	1.104	1,18	8.947	34,53	10.051	8,39
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09			7.594	6,34
TAEF FUND LLC	763	0,81	1.895	7,31	2.658	2,22
Outros	1.929	2,05	11.421	44,08	13.350	11,14
	<u>93.911</u>	<u>100,00</u>	<u>25.912</u>	<u>100,00</u>	<u>119.823</u>	<u>100,00</u>

(b) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da COMGÁS (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito ou crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 28 de abril de 2011, foi deliberado a destinação de R\$ 296.304 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2010 para distribuição de dividendos em 2011.

O pagamento desse montante será feito dentro do exercício social de 2011, em três parcelas, da seguinte forma:

- . A primeira parcela no valor de R\$46.304, que foi paga em 30 de junho de 2011.
- . A segunda parcela no valor de R\$130.000, que foi paga em 31 de agosto de 2011.
- . A terceira parcela no valor de R\$120.000, que será paga em 30 de novembro de 2011.

(c) Juros sobre o capital próprio

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o quarto e último crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 8.958, que foi pago em 28 de janeiro de 2011.

Em 28 de junho de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a primeira parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 37.790, que foi paga em 28 de julho de 2011.

Os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos em 2012, relativos ao exercício social de 2011, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - Pronunciamento Conceitual Básico.

26 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600. Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2010, utilizamos as seguintes premissas:

Notas Explicativas

	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Taxa de desconto	10,75
Taxa de inflação	4,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,75
Aumentos salariais futuros	7,65
Aumentos de planos de pensão futuros	4,5
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-83
Mortalidade de inválidos	IAPB-57
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84
Rotatividade	0,3/(Tempo de serviço + 1)

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponde à parcela de ganho ou perda, que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, amortizado pelo prazo médio do serviço futuro dos participantes do plano.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Valor das obrigações atuariais	191.739	191.739
Perda atuarial não reconhecida	(33.823)	(44.698)
Valor justo dos ativos do plano	(13.125)	(13.125)
Passivo atuarial líquido	<u>144.791</u>	<u>133.916</u>

A movimentação do passivo atuarial no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>30 de setembro de 2011</u>
Passivo atuarial líquido	133.916
Despesa no exercício	17.158
Contribuições do empregador	(6.283)
Passivo atuarial líquido	<u>144.791</u>

As despesas reconhecidas ao resultado em 30 de setembro estão demonstradas a seguir:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Julho a setembro</u>	<u>Janeiro a setembro</u>	<u>Julho a setembro</u>	<u>Janeiro a setembro</u>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	112	337	103	309
Juros sobre obrigação atuarial	5.000	15.001	4.551	13.652
Rendimento esperado dos ativos do plano	(357)	(1.072)	(347)	(1.041)
Amortização de perdas atuariais	964	2.892	369	1.107
Despesas	<u>5.719</u>	<u>17.158</u>	<u>4.676</u>	<u>14.027</u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na linha Impostos de renda e Contribuição social diferidos, no Passivo não circulante (vide Nota 23(b)).

A Companhia mantém com o Itaú Previdência e Seguros S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no terceiro trimestre de 2011 foi de R\$ 966 (R\$ 988 no terceiro trimestre de 2010), reconhecidos na demonstração do resultado do trimestre, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

Notas Explicativas

27 Informações por segmento

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2011 a 30 de setembro de 2011

<u>Segmentos</u>	<u>Residencial</u>	<u>Comercial</u>	<u>Industrial</u>	<u>Termogeração</u>	<u>Cogeração</u>	<u>Automotivo</u>	<u>Receita de construção</u>	<u>Outras receitas</u>	<u>Total</u>
Volumes m³ mil (não auditado)	134.629	80.279	2.918.080	45.405	258.201	215.079	-	-	3.651.673
Receita bruta	405.046	153.941	2.628.676	13.795	174.222	149.985	233.498	23.585	3.782.748
Deduções	(86.071)	(32.195)	(558.603)	-	(37.022)	(31.870)	-	(2.311)	(748.072)
Receita líquida	318.975	121.746	2.070.073	13.795	137.200	118.115	233.498	21.274	3.034.676
Ativo (passivo) regulatório	4.629	6.193	215.025	-	8.763	9.242	-	-	243.852
Custo	(74.104)	(43.810)	(1.582.403)	(12.154)	(109.198)	(97.358)	(233.498)	(10.949)	(2.163.474)
Resultado bruto econômico	<u>249.500</u>	<u>84.129</u>	<u>702.695</u>	<u>1.641</u>	<u>36.765</u>	<u>29.999</u>	<u>-</u>	<u>10.325</u>	<u>1.115.054</u>
Reversão do ativo (passivo) regulatório									(243.852)
Resultado bruto contábil									<u>871.202</u>
Despesas/receitas operacionais									(588.897)
Despesas									<u>(448.171)</u>
Vendas									(87.500)
Gerais e administrativas									(360.152)
Outras despesas (receitas) operacionais									(519)
Financeiras									<u>(140.726)</u>
Receitas financeiras									19.216
Despesas financeiras									(159.942)
Resultado antes da tributação									282.305
Provisão p/ IR e contribuição social									<u>(81.321)</u>
Lucro líquido do período									<u>200.984</u>

Notas Explicativas**Margem por segmento - 1º de janeiro de 2010 a 30 de setembro de 2010**

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	119.893	74.490	2.780.285	168.723	238.711	240.622	-	-	3.622.724
Receita bruta	352.096	144.485	2.701.440	52.409	157.059	210.978	169.334	16.282	3.804.083
Deduções	(74.868)	(30.216)	(574.056)	-	(33.374)	(44.836)	-	(1.606)	(758.956)
Receita líquida	277.228	114.269	2.127.384	52.409	123.685	166.142	169.334	14.676	3.045.127
Ativo (passivo) regulatório	(10.801)	(4.642)	(152.674)	-	2.474	(11.670)	-	-	(177.313)
Custo	(58.395)	(36.501)	(1.363.729)	(46.872)	(92.929)	(118.369)	(169.334)	(12.283)	(1.898.412)
Resultado bruto econômico	208.032	73.126	610.981	5.537	33.230	36.103	-	2.393	969.402
Reversão do ativo (passivo) regulatório									177.313
Resultado bruto contábil									1.146.715
Despesas/receitas operacionais									(490.435)
Despesas									(389.745)
Vendas									(63.946)
Gerais e administrativas									(320.837)
Outras despesas (receitas) operacionais									(4.962)
Financeiras									(100.690)
Receitas financeiras									22.970
Despesas financeiras									(123.660)
Resultado antes da tributação									656.280
Provisão p/ IR e contribuição social									(203.622)
Lucro líquido do período									452.658

Notas Explicativas**Margem por segmento - 1º de julho de 2011 a 30 de setembro de 2011**

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m ³ mil (não auditado)	53.289	28.822	991.916	762	83.530	73.313	-	-	1.231.632
Receita bruta	164.307	57.924	934.468	224	59.995	52.566	87.791	11.230	1.368.505
Deduções	(34.916)	(12.116)	(198.574)	-	(12.749)	(11.168)	-	(1.120)	(270.643)
Receita líquida	129.391	45.808	735.894	224	47.246	41.398	87.791	10.110	1.097.862
Ativo (passivo) regulatório	6.482	3.314	106.306	-	5.885	5.526	-	-	127.513
Custo	(32.229)	(17.396)	(596.400)	(200)	(40.430)	(36.740)	(87.791)	3.297	(814.483)
Resultado bruto econômico	103.644	31.726	245.800	24	12.701	10.184	-	6.813	410.892
Reversão do ativo (passivo) regulatório									(127.513)
Resultado bruto contábil									283.379
Despesas/receitas operacionais									(223.682)
Despesas									(157.508)
Vendas									(32.192)
Gerais e administrativas									(125.535)
Outras despesas (receitas) operacionais									219
Financeiras									(66.174)
Receitas financeiras									8.005
Despesas financeiras									(74.179)
Resultado antes da tributação									59.697
Provisão p/ IR e contribuição social									(19.300)
Lucro líquido do período									40.397

Notas Explicativas**Margem por segmento - 1º de julho de 2010 a 30 de setembro de 2010**

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m ³ mil (não auditado)	46.958	26.396	946.873	117.238	91.217	76.593	-	-	1.305.275
Receita bruta	137.670	51.095	921.078	36.559	63.946	66.980	64.616	6.169	1.348.113
Deduções	(29.259)	(10.620)	(195.729)	-	(13.588)	(14.237)	-	(602)	(264.035)
Receita líquida	108.411	40.475	725.349	36.559	50.358	52.743	64.616	5.567	1.084.078
Ativo (passivo) regulatório	(4.478)	(2.293)	(80.604)	-	(3.329)	(6.331)	-	-	(97.035)
Custo	(21.575)	(12.116)	(435.377)	(32.767)	(35.536)	(35.221)	(64.616)	(4.934)	(642.142)
Resultado bruto econômico	<u>82.358</u>	<u>26.066</u>	<u>209.368</u>	<u>3.792</u>	<u>11.493</u>	<u>11.191</u>	<u>-</u>	<u>633</u>	<u>344.901</u>
Reversão do ativo (passivo) regulatório									97.035
Resultado bruto contábil									<u>441.936</u>
Despesas/receitas operacionais									(180.215)
Despesas									<u>(143.183)</u>
Vendas									(22.390)
Gerais e administrativas									(115.824)
Outras despesas (receitas) operacionais									(4.969)
Financeiras									<u>(37.032)</u>
Receitas financeiras									7.154
Despesas financeiras									(44.186)
Resultado antes da tributação									261.721
Provisão p/ IR e contribuição social									<u>(73.386)</u>
Lucro líquido do período									<u>188.335</u>

Notas Explicativas

28 Receita

A receita líquida de vendas para os trimestres possuem a seguinte composição:

	2011		2010	
	Julho a setembro	Janeiro a setembro	Julho a setembro	Janeiro a setembro
Vendas brutas de produtos e serviços	1.368.505	3.782.748	1.348.113	3.804.083
Impostos sobre vendas	(270.643)	(748.072)	(264.035)	(758.956)
Receita líquida	<u>1.097.862</u>	<u>3.034.676</u>	<u>1.084.078</u>	<u>3.045.127</u>

29 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função. Conforme requerido pelo CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	2011		2010	
	Julho a setembro	Janeiro a setembro	Julho a setembro	Janeiro a setembro
Despesas com pessoal	39.168	113.260	35.952	102.192
Despesas com materiais/serviços	57.699	157.234	49.870	126.865
Despesas operacionais	(219)	519	4.969	4.962
Depreciação e amortização	<u>60.860</u>	<u>177.158</u>	<u>52.392</u>	<u>155.726</u>
Despesas por natureza	<u>157.508</u>	<u>448.171</u>	<u>143.183</u>	<u>389.745</u>

30 Receitas e despesas financeiras

	2011		2010	
	Julho a setembro	Janeiro a setembro	Julho a setembro	Janeiro a setembro
Despesas financeiras				
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(42.780)	(116.776)	(36.731)	(107.232)
IOF/despesas bancárias/comissões	(2.284)	(10.420)	(3.903)	(11.325)
Capitalização de juros	6.846	19.189	6.466	15.180
Juros CVM nº 600 - benefício pós-emprego	(5.113)	(15.338)	(4.654)	(13.961)
Ajuste valor a mercado	(27.548)	(34.212)		
Outras	<u>(227)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>(407)</u>	<u>(724)</u>
	<u>(71.106)</u>	<u>(158.921)</u>	<u>(39.229)</u>	<u>(118.062)</u>
Variações monetárias líquidas				
Empréstimos e financiamentos	(314)	(287)	(47)	(49)
Variações monetárias ativas	28	38	8	37
Variações monetárias passivas	<u>(2.759)</u>	<u>(734)</u>	<u>(4.910)</u>	<u>(5.549)</u>
	<u>(3.045)</u>	<u>(983)</u>	<u>(4.949)</u>	<u>(5.561)</u>

Notas Explicativas

	2011		2010	
	Julho a setembro	Janeiro a setembro	Julho a setembro	Janeiro a setembro
Receitas financeiras				
Encargos moratórios de clientes	2.903	8.039	2.886	8.907
Receitas de aplicações financeiras	3.733	8.773	3.376	8.335
Juros	1.106	2.004	400	1.379
Ajuste valor a mercado			402	4.297
Outras	235	362	82	15
	<u>7.977</u>	<u>19.178</u>	<u>7.146</u>	<u>22.933</u>
	<u>(66.174)</u>	<u>(140.726)</u>	<u>(37.032)</u>	<u>(100.690)</u>

31 Resultado por ação

Não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	30 de setembro					
	2011			2010		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Lucro líquido do trimestre	<u>9.406</u>	<u>30.991</u>	<u>40.397</u>	<u>43.852</u>	<u>144.483</u>	<u>188.335</u>
Quantidade de ações (milhares)	<u>25.912</u>	<u>93.911</u>	<u>119.823</u>	<u>25.912</u>	<u>93.911</u>	<u>119.823</u>
Resultado por ação - R\$	<u>0,36</u>	<u>0,33</u>	<u>0,34</u>	<u>1,69</u>	<u>1,54</u>	<u>1,57</u>

32 Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

Risco	Milhares de dólares
Risco operacional	191.019
Responsabilidade civil	159.000

33 Compromissos assumidos**(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias**

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 71.223 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 42.571 em 31 de dezembro de 2010) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Notas Explicativas

Os compromissos regulatórios no montante de R\$ 1.390.252 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 1.614.609 em 31 de dezembro de 2010) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possui contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o trimestre findo nessa data totalizaram a R\$ 1.553 (30 de setembro de 2010 - R\$ 1.787).

* * *

